

DESTAQUE AGRAVAMENTO DAS PENSÕES

Mais de 30% das pensões do Estado irá sofrer cortes em 2012

Os 180 mil pensionistas do País que recebem actualmente uma reforma acima de 1.500 euros irão ser afectados pela nova medida anti- crise.

Denise Fernandes

denise.fernandes@economico.pt

Quem pensava que pior era impossível, enganou-se. A partir do próximo ano, as pensões acima de 1.500 euros brutos vão sofrer reduções médias de 5%. A nova medida de austeridade abrange todas as reformas acima deste valor - cerca de 180 mil - mas afectará mais as pensões pagas pelo Estado, já que quase um terço dos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações (CGA) verá a sua pensão encolher. O anúncio foi feito ontem pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, na apresentação da actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), onde anunciou um conjunto de medidas para aplicar até 2013.

Teixeira dos Santos já tinha avisado que vinha aí mais austeridade para conter o défice orçamental e escolheu a manhã de ontem para anunciar as novas medidas anti- crise. A escolha não foi ao acaso: poucas horas depois, o primeiro-ministro, José Sócrates encontrou-se com os líderes da zona euro com a lição estudada. O objectivo era tentar impres-

Teixeira dos Santos já tinha avisado que vinha aí mais austeridade e anunciou mais um PEC horas antes de o primeiro-ministro se ter encontrado com os líderes da zona euro. O objectivo era tentar impressionar tanto as autoridades europeias como os mercados.

sionar tanto as autoridades europeias como os mercados com a determinação portuguesa para cumprir a meta do défice orçamental de 4,6% para este ano, de 3% em 2012 e de 2% para 2013. Mas se da Europa chegaram elogios durante a cimeira de ontem, os mercados ficaram indiferentes e voltaram a castigar Portugal com os juros a cinco anos a passarem a barreira dos 8%.

Uma das medidas mais emblemáticas do novo pacote de austeridade é a definição de uma "contribuição especial aplicável a todas as pensões" superiores a 1.500 euros que terá "impactos semelhantes à redução dos salários da administração pública", explicou Teixeira dos Santos. A medida entrará em vigor em 2012 e, segundo o ministro das Finanças, irá manter-se "enquanto for necessária". Assim, quem se aposentou em 2010 para escapar aos cortes salariais que começaram a ser aplicados em Janeiro deste ano, afinal também levará com as reduções.

A medida irá afectar cerca de 180 mil pensionistas, dos quais 133 mil do Estado e 43,4 mil da Segurança Social. O impacto será assim mais significativo para os pensio-

nistas da CGA, já que 32% dos 430 mil pensionistas recebe acima de 1.500 euros, segundo os números mais recentes divulgados pelo Ministério das Finanças. Por sua vez, na Segurança Social, as pensões são, na sua grande maioria, de menor valor. Segundo o Ministério do Trabalho, apenas 1,5% das 2,9 milhões de pensões pagas pela Segurança Social têm um valor superior a 1.500 euros.

Aliás, segundo contas da Lusa, a poupança estimada com as reduções das pensões da CGA poderá ser da ordem dos 365 milhões de euros.

Recorde-se que as reduções salariais na administração pública aplicadas este ano com a entrada em vigor do Orçamento do Estado variam entre um mínimo de 3,5% e um máximo de 10%, sendo o corte salarial médio de 5%. Entre estes dois intervalos aplica-se uma taxa progressiva.

Assim, caso se apliquem às pensões os mesmos cortes salariais do Estado, significa que, por exemplo, uma pensão de 1.550 euros brutos sofrerá a redução mínima (3,5%). Porém, da aplicação do corte nunca poderá resultar uma pensão inferior a 1.500 euros.

Já uma reforma de 2.800 euros brutos sofrerá um corte de 7,07%, o que significa menos 198 euros ao fim do mês para este pensionista. Já a redução máxima de 10% será válida para reformas superiores a 4.200 euros brutos, o que resultará num corte efectivo de 420 euros por mês.

Desde Janeiro deste ano, as pensões mais elevadas - acima de 5 mil euros - foram já sujeitas a uma "contribuição extraordinária de solidariedade" da ordem dos 10%, medida que afectou cerca de 2 mil pensionistas. E, além destas medidas, em 2012, a pensão também irá encolher por via do aumento dos impostos (ver página 4).

As reduções nas pensões ontem anunciadas motivaram já críticas por parte do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, (Sintap). "Em geral e de uma forma muito clara, serão mais uma vez as pessoas com menores rendimentos (incluindo pensionistas) a sofrer com maior violência o impacto resultante da má gestão governamental", lê-se num comunicado do Sintap. ■ Com M.P. e C.O.S.

ANÁLISE

Um PEC à rasca

ANTÓNIO BAGÃO FÉLIX

Economista e ex-ministro

Um PEC de que já perdi o número. Tudo apresentado em versão tecnocrática, fria e desumanizada de um PowerPoint. Anunciado no dia de uma cimeira europeia, ignorando os parceiros sociais e mandando às malvas a advertência do Presidente da República, quando disse, na sua tomada de posse, que "há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos".

Este PEC nada diz, de novo, sobre o aparelho do Estado, a não ser umas intenções piadas e pífias. E quando fala de redução da despesa, é sempre através da diminuição do rendimento das famílias. A outra face, afinal, do aumento de impostos.

O congelamento do IAS, o aumento da tributação sobre as pensões, a suspensão da actualização anual das mesmas e uma contribuição especial sobre as pensões acima de 1500 euros, entre 3,5% a 10%, a menor participação dos medicamentos são, em geral, medidas profundamente injustas.

Quanto à não actualização nos próximos anos, ela será tanto mais gravosa quanto a inflação maior for. Se esta continuar a subir é provável que se chegue, ao fim do triénio, com uma redução real do valor das pensões não inferior a 10%. Valor tanto mais significativo quanto dois milhões de pessoas têm uma pensão abaixo do IAS (419 euros)!

Por outro lado, a tal contribuição especial e - espero -

transitória (e não uma redução das pensões, que seria intolerável) afecta não mais de 2% dos pensionistas da Segurança Social (na CGA serão mais), pelo que o seu impacto orçamental será bastante reduzido.

Mas não é o primeiro-ministro que vem afirmando que a execução orçamental neste ano está a correr - e cito - "muito bem". Ora, então porquê estas medidas? Afinal onde está a verdade?

Este é um verdadeiro PEC à rasca. Perante os mercados que não se convencem, perante a senhora Merkel que "ordena" e, fundamentalmente, perante o dilema que Sócrates auto-definiu: ou eu ou o FMI. Assim confundido a sua sobrevivência política com o futuro do país. ■



META DÉFICE

4,6%

O novo pacote de austeridade que integra cortes e congelamento das pensões tem como objectivo o cumprimento da meta orçamental definida pelo Governo, que é de 4,6% para 2011. No ano seguinte, o Executivo espera conseguir baixar o défice para 3% e para 2% em 2013.